

**Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

**Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento
Albuquerque ou o MME:**

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	1
Título: Com crise no setor petrolífero, países do Caribe abandonam chavismo na OEA.....	1
Título: Infraestrutura verde.....	3
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	5
Título: Garimpos em MT põem em xeque capacidade de fiscalizar mineração	5
Título: Cooperativa tenta recuperar áreas degradadas na região	7
VEÍCULO: O Globo.....	8
Título: Pobreza cresce nas cidades que vivem da riqueza do petróleo	8
Título: Faltam dois meses.....	10

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 22/09/2019

Seção: Internacional

Autor: Beatriz Bulla CORRESPONDENTE / WASHINGTON

Título: Com crise no setor petrolífero, países do Caribe abandonam chavismo na OEA

Diplomacia. Venezuela usava Petrocaribe para obter apoio em organizações regionais em troca do envio de petróleo subsidiado para pequenas ilhas caribenhas; colapso da produção e sucateamento da estatal petrolífera PDVSA limitou poder do governo de Maduro

O apoio de países caribenhos a Nicolás Maduro, que já foi capaz de barrar medidas contra o chavismo na Organização dos Estados Americanos (OEA), não é mais o mesmo. O governo da Venezuela tem perdido a sustentação diplomática dos países que formavam a Petrocaribe em razão do colapso da indústria do petróleo do país.

A Venezuela investiu nas relações com países caribenhos por meio da Petrocaribe, criada na década de 2000. O chavismo irrigava com petróleo subsidiado nações da região e, em troca, recebia o apoio em debates na OEA. Mas, com a crise econômica e as sanções americanas, a produção venezuelana despencou – e os benefícios também. As últimas três votações na OEA deixaram claro a mudança. Dos 14 membros da Petrocaribe – fora Venezuela e Cuba – 7 já condenam o regime chavista, engrossando a lista que conta com EUA, Canadá, Brasil e Colômbia.

Com base nas últimas votações, outros quatro países da Petrocaribe têm registrado ausências e abstenções. Apenas Dominica e São Vicente e Granadinas – junto com a Nicarágua – mantêm apoio incondicional ao chavismo. Bahamas, Suriname e Panamá oscilam nas votações. Em 2017, o cenário era diferente. As votações que poderiam pressionar Maduro terminavam frustradas, com apenas 14 nações condenando o chavista. O número passava longe das exigências mínimas para aprovação de textos. Há casos em que é preciso o voto de dois terços dos 35 países.

“Em 2017, tivemos um choque, porque víamos a crise acontecendo, mas muitos países não queriam votar contra Maduro. Agora, quase sempre, consistentemente, há na faixa de 20 a 21 votos contra ele”, afirma Fernando Cutz, ex-assessor da Casa Branca. Com a mudança no perfil dos caribenhos, a oposição venezuelana têm conquistado na OEA apoio que varia de 19 a 21 votos. “Os EUA têm conseguido tirar integrantes da Petrocaribe da órbita de Maduro”, diz Benjamin Gedan, ex-diretor do Conselho de Segurança Nacional dos EUA e membro do Wilson Center.

Os laços com os parceiros, no entanto, demoraram a se desatar. “Surpreendentemente, Maduro manteve a lealdade de muitos da Petrocaribe, mesmo quando o colapso econômico minou os embarques de petróleo. A razão para a continuação do apoio é um mistério”, afirma Gedan. Para Cutz, dois motivos explicam o apoio: o temor de uma reação militar do chavismo contra países vizinhos à Venezuela, como Trinidad e Tobago e Guiana, e por afinidade

ideológica, como no caso da Nicarágua. “Por último, acredito ainda que haja corrupção na hora do voto, porque o apoio a Maduro por parte de algumas ilhas pequenas não faz sentido”, afirma. Uma das suposições de Gedan é a de que Maduro estimule uma “rede de chantagem” para manter a lealdade dos caribenhos. “Afinal, os fundos sempre foram gerenciados com pouca transparência”, afirma.

Nova York. O impasse com o bloco caribenho se refletiu na reunião dos signatários do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar) marcada para amanhã em Nova York, na véspera do começo da Assembleia- Geral da ONU. Também amanhã, integrantes do Grupo de Lima se encontrarão. Nicolás Maduro afirmou que não viajará aos EUA, o que a oposição tem comemorado silenciosamente. Para o time do autoproclamado presidente interino, Juan Guaidó, este será um sinal de que o presidente venezuelano não confia no seu núcleo próximo e teme não conseguir voltar ao país caso embarque para Nova York.

Segundo apurou o Estado, países como Brasil e Colômbia devem propor sanções pessoais e econômicas ao regime. Atualmente, o País só admite sanções decorrentes de decisões do Conselho de Segurança da ONU, mas o Itamaraty tem discutido a possibilidade de usar uma deliberação do Tiar como marco jurídico para sanções. Entre a oposição venezuelana e especialistas, há a avaliação de que os americanos já lançaram mão de praticamente todos os instrumentos de pressão econômica disponíveis e, agora, é preciso contar com protagonismo de países como Brasil e Colômbia. “Se só os EUA e Canadá aplicam sanções, é como um pai cortar a mesada do filho para estimulá-lo a trabalhar, mas o filho ainda receber mesada dos tios. Não adianta nada”, afirmou um diplomata de Guaidó.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 22/09/2019

Seção: Notas e Informações

Autor:

Título: Infraestrutura verde

O Ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, assinou em Nova York um acordo com a Climate Bonds Initiative (CBI), uma organização não governamental internacional sem fins lucrativos, responsável pela certificação de projetos sustentáveis. Assim, os interessados em projetos de concessão de ativos de infraestrutura poderão buscar financiamento no mercado de green bonds (títulos verdes). A iniciativa é promissora, não só pelos potenciais benefícios diretos para a infraestrutura, os negócios e o meio ambiente brasileiros, mas por mostrar que, em meio a uma tão contraproducente

vociferação ideológica sobre questões ambientais, há quadros no governo empenhados em “harmonizar”, nas palavras do ministro, “a provisão da infraestrutura com a preservação e a sustentabilidade”.

Segundo a ONU, as “finanças verdes” compreendem o conjunto de “financiamentos locais, nacionais ou transnacionais – de origem pública, privada ou de fontes alternativas – que visam a apoiar ações de mitigação e adaptação que enfrentem a mudança climática”. Isso atende ao propósito do Acordo do Clima de Paris de compatibilizar a redução dos gases de efeito estufa com o desenvolvimento econômico. Um instrumento crucial para tanto são os títulos verdes, ou seja, instrumentos de dívida emitidos e negociados no mercado de capitais por empresas, governos e entidades multilaterais, cujas receitas servem ao financiamento de empreendimentos com impactos socioambientais positivos. Inaugurado em 2007, o mercado de títulos verdes está em franca expansão.

De acordo com a CBI, em 2013 foram emitidos cerca de US\$ 11 bilhões em green bonds. Em 2018 o volume saltou para US\$ 167 bilhões e estima-se que neste ano serão US\$ 250 bilhões. Tudo somado, o estoque desses títulos forma hoje um mercado de quase US\$ 700 bilhões. Dos investimentos feitos até agora, cerca de 33% foram em energias renováveis; 29%, em “edifícios verdes” e eficiência energética; 15%, em transporte limpo; e 13%, em gestão sustentável de recursos hídricos. No Brasil, os primeiros títulos verdes foram emitidos em 2015 por algumas empresas e também pelo BNDES, totalizando em 2017 cerca de US\$ 2,45 bilhões distribuídos em projetos de energia limpa (42%), agricultura e setor florestal (24%) e águas (13%). Atualmente, os financiamentos verdes no País somam US\$ 5,6 bilhões. “A demanda por esse tipo de investimento é hoje muito maior do que a oferta”, disse a diretora da CBI Thatyanne Gasparotto.

O Brasil tem hoje um grande programa de concessões de ativos de infraestrutura, com uma carteira de projetos do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) que prevê ao menos R\$ 217 bilhões em investimentos nas próximas décadas. Segundo a secretária de Fomento, Planejamento e Parcerias do Ministério da Infraestrutura, Natália Marcassa de Souza, esses projetos já cumprem a maioria dos quesitos para receber o selo verde. O relacionamento com a CBI deve aprimorar as ações de responsabilidade ambiental dos projetos, tornando-os ainda mais atraentes. O governo pretende iniciar o programa pela carteira de ferrovias. Espera-se que o leilão, previsto para 2020, desperte o apetite dos investidores para os leilões de rodovias, portos e aeroportos, que devem ser realizados até 2022.

O Ministério programou para este ano rodadas de apresentação dos projetos no Canadá, Espanha, China e Oriente Médio. “Além de atrair capital mais barato”, disse o ministro Tarcísio de Freitas, o acordo “também ajuda a deixar claro o

compromisso do governo Jair Bolsonaro com um desenvolvimento sustentável.” Iniciativas como essa são especialmente importantes em um momento em que, mais do que nunca, é preciso atrair investimentos e harmonizar a responsabilidade ambiental com o desenvolvimento econômico. O País tem, com o agronegócio, um exemplo de sucesso em integrar aumento de produtividade e sustentabilidade ambiental. A infraestrutura tem tudo para ser o próximo.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 22/09/2019

Seção: Mercado

Autor: Fabiano Maisonnave e Lalo de Almeida

Título: Garimpos em MT põem em xeque capacidade de fiscalizar mineração

Criação de reserva garimpeira em 1983 e possibilidade de licenciamento ambiental não evitaram degradação da área

PEIXOTO DE AZEVEDO (MT)

Até 1973, o rio Peixoto de Azevedo, perto da divisa de Mato Grosso com o Pará, era habitado por índios isolados da etnia panará. Passadas mais de quatro décadas, o curso d'água perdeu a proteção da floresta e hoje corre cercado por centenas de buracos e terra exposta deixados pela mineração de ouro, intercalados por pastagem e soja.

Nem mesmo a criação de uma reserva garimpeira pelo governo federal, em 1983, e a introdução do licenciamento ambiental evitaram o cenário de terra arrasada e a persistência da exploração ilegal.

Para especialistas e ambientalistas, a região serve de alerta para a capacidade de o Estado gerir e fiscalizar a atividade no momento em que o governo Jair Bolsonaro promete legalizá-la dentro de terras indígenas.

“A mineração ilegal, a agricultura sem controle com os agrotóxicos e, principalmente, a expansão da lavoura vão secando o rio. Se não cuidar, em 20 anos, o rio estará morto”, afirma o presidente da associação local de pescadores, Luiz Silva, 53.

Na semana passada, a Folha sobrevoou o rio Peixoto de Azevedo no trecho entre a foz, no rio Teles Pires, e a ponte da BR-163, perto das cidades de Matupá e Peixoto de Azevedo. Parece uma zona de bombardeio, tamanha a quantidade de buracos e de montanhas de terra e areia.

A visibilidade estava ruim por causa da fumaça das queimadas que atingem a Amazônia. Mesmo assim, a cena impressiona. São dezenas de garimpos ao longo do rio Peixoto de Azevedo e seus afluentes.

Manchas claras, por causa do solo revolvido, ocupam as margens dos dois lados no rio até onde é possível avistar.

Muitas dessas explorações chegam até beira do rio, ignorando a obrigação de deixar 100 metros de mata ciliar. Há montes de areia, crateras e lagoas com tonalidades diferentes variando entre o azul, o verde e o marrom.

A cor do rio varia do marrom ao verde leitoso, conforme a proximidade de um garimpo ou de balsas, que também extraem ouro do rio. Com a vazão baixa devido ao período seco, são visíveis os bancos de areia formados pela garimpagem dessas balsas ao longo de todo o trajeto.

As explorações variam de tamanho. As mais recentes ou ativas, que empregam PCs (escavadeiras) e tratores de esteira, ocupam algumas dezenas de hectares contínuos. Difícil imaginar que aquela área foi coberta pela floresta amazônica em um passado recente.

A reportagem também percorreu alguns quilômetros do rio perto da BR-163 (Cuiabá-Santarém), obra da ditadura militar que abriu a região para a colonização. Ali, o trecho estava tão assoreado que o pequeno bote encalhou. Foi preciso empurrar a embarcação, com a água na canela.

Em outro trecho, uma mineração já desativada mudou o leito natural do rio por centenas de metros. Agora, é possível caminhar por onde passava a água.

De início, o ouro era retirado manualmente por milhares de garimpeiros, com uso indiscriminado de mercúrio. Hoje, a mineração do ouro está mais mecanizada. A grande revolução foi a escavadeira, que ampliou a produção, mas multiplicou por várias vezes a capacidade de destruição.

Por outro lado, o mercúrio está mais controlado mesmo em áreas ilegais, por meio de equipamentos que viabilizam a reutilização. Além de diminuir o dano ambiental, a reciclagem reduz o alto custo para a compra do metal líquido, usado para amalgamar as partículas de ouro misturadas ao solo.

A principal responsável pela fiscalização e licenciamento ambiental é a Sema (Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso). Via assessoria de imprensa, o órgão informou que desconhece o número de garimpos ilegais e que inexistiu um plano para a recuperação da bacia do Peixoto de Azevedo, mas que a responsabilidade do passivo ambiental recai sobre os atuais proprietários das áreas.

A Sema, que mantém apenas três funcionários na região, tampouco dispõe de informações consolidadas sobre o tamanho da área que necessita de recuperação nem sobre a quantidade de multas aplicadas por garimpo ilegal.

“A exploração mineral na região teve seu auge na década de 1980, quando não existia ainda regulamento legal, o que gerou diversos passivos ambientais. A região voltou a ser explorada a partir da segunda metade dos anos 2000 e com isso esse passivo ficou por conta dos atuais superficiários, que devem aderir ao Programa de Regularização Ambiental (PRA)”, afirma a Sema, em resposta por escrito.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 22/09/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Cooperativa tenta recuperar áreas degradadas na região

A principal iniciativa para enfrentar o passivo ambiental e regularizar a atividade mineral na região do Rio Peixoto de Azevedo vem da Cooperativa dos Garimpeiros do Vale do Rio Peixoto (Coogavepe).

Fundada há 11 anos e com cerca de 5.500 associados em sete municípios, a entidade presta assistência técnica para obter licença ambiental da Sema e para recuperar áreas já exploradas por meio do nivelamento do solo, do replantio e do reaproveitamento dos buracos para a piscicultura.

“Estamos tentando mudar a cultura”, afirma o presidente da Coogavepe, o ex-bancário paulista Gilson Camboim. “A repressão não está resolvendo. O que vai resolver é amu-dança de consciência.”

Para auxiliar na recuperação de áreas, a cooperativa conta com um biólogo, um engenheiro florestal, além de disponibilizar mudas de plantas nativas, produzidas em convênio com a prefeitura, entre outras iniciativas.

Camboim levou a reportagem a três áreas de extração de ouro. Em ambas, chamam a atenção os buracos profundos e o uso intensivo de escavadeiras e tratores, em uma escala mais próxima da mineração mecanizada e distante do garimpo de mão de obra intensiva e práticas rudimentares.

Nesses casos, o nivelamento é feito com a utilização do topsoil, a camada superior, rica em matéria orgânica, que fica armazenada enquanto ocorre a exploração. Como a maioria da mineração atual está sobre áreas já desmaiadas, o replantio é feito com pastagem.

Outra aposta da Coogavepe tem sido o aproveitamento das crateras abandonadas para a piscicultura, ainda incipiente. O caso mais bem-sucedido é do produtor rural Vilamir Longo, que cria pirarucu após transformar crateras do garimpo em tanques.

Já na área próxima do rio, a antiga área de garimpo foi aos poucos tomada pela capoeira, vegetação mais baixa do que a floresta original. “Evidentemente que o homem jamais vai refazer o que Deus fez”, afirma o produtor gaúcho.

Um dos principais especialistas em restauração florestal, o biólogo da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (Esalq-USP) Ricardo Rodrigues afirma que a regulamentação no licenciamento ambiental previsto pela Sema é adequada, mas a fiscalização em campo é ineficiente. “O problema sempre volta para [falta de] técnicos capacitados, idôneos.”

Com relação ao passivo ambiental, Rodrigues discorda da Sema ao afirmar que a recuperação é responsabilidade do Estado. “Todo mundo sabia que havia atividade garimpeira lá, e o poder público não fez nada para evitar e corrigir. Está sendo transferido para a sociedade, mas foi uma ineficiência do Estado.”

Rodrigues se opõe à abertura de terras indígenas para a mineração. A atividade depende de regulamentação do Congresso e consulta aos povos afetados. Bolsonaro promete apresentar uma proposta.

“Antes temos de demonstrar que o que estamos fazendo nas frentes atuais é adequado. A qualidade de restauração está muito aquém do desejado nas áreas que estão sendo mineradas. Por que elas seriam melhores nas áreas não mineradas?”

O sobrevoo do rio e parte das passagens aéreas foram custeadas pelo ISA (Instituto Socioambiental).

VEÍCULO: O Globo

Data: 22/09/2019

Seção: Economia

Autor: PEDRO CAPETTI* E DAIANE COSTA

Título: Pobreza cresce nas cidades que vivem da riqueza do petróleo

Com desemprego, número de beneficiários do Bolsa Família aumenta 57% em Macaé e 70% em Rio das Ostras

Aos 56 anos, o técnico em segurança do trabalho Marcos Antonio de Oliveira se viu obrigado a trocar o petróleo pelo churrasquinho. Natural de Salvador, ele pode ser considerado um “itinerante do óleo” Em 2011, abandonou o polo

petroquímico de Camaçari, na Bahia, para tentar a sorte na exploração do petróleo em Macaé, no Norte Fluminense. Conseguiu, mas tudo durou pouco. A perspectiva de crescimento da região deu lugar ao desemprego nos últimos anos, com a desaceleração dos investimentos da Petrobras desde a Lava-Jato e o declínio da produção na Bacia de Campos, que perde protagonismo para o pré-sal.

— É o momento mais difícil da minha vida. Estou desde os 14 anos trabalhando na área de petróleo. A Petrobras era um referencial aqui, hoje não é mais — diz Oliveira, que viu a renda despencar de R\$ 2.500 para R\$ 89 do Bolsa Família e foi para a informalidade.

Oliveira é um dos 11.286 beneficiários do Bolsa Família em Macaé, cidade onde houve um aumento de 57,6 % no cadastro do programa desde 2013. O salto pode ser explicado, entre outros fatores, pela alta do desemprego provocada pelo freio da indústria petrolífera na região. Contribuiu para isso a queda do preço internacional da commodity paralelamente à crise econômica do país. Entre 2013 e 2016, a cotação do barril caiu a menos da metade, o que desestimulou investimentos e prejudicou a cadeia de serviços na região.

Em julho de 2013, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP), a Bacia de Campos produzia 1,72 milhão de barris por dia, quase 70% da produção nacional. Em julho de 2019, foi 1,13 milhão, 32% do total do país.

Nas ruas de Macaé e da vizinha Rio das Ostras, duas cidades muito dependentes dos royalties do petróleo e que estão entre as 15 do país com maior avanço do Bolsa Família, a decadência é visível. Nas áreas comerciais, multiplicam-se placas de “vende-se”, ou “passo o ponto”. Há cada vez mais vendedores nos sinais. Segundo o Caged, as duas cidades perderam, entre 2015 e 2018, quase 40 mil vagas com carteira assinada, em todos os níveis de qualificação.

— Com a crise e os investimentos direcionados para o pré-sal, muitos perderam seus empregos e, já com as vidas estabelecidas nessas cidades, ficaram em situação delicada — diz Karine Fragoso, gerente de Petróleo e Gás da Firjan.

Em Rio das Ostras, o cadastro do Bolsa Família subiu 70% em seis anos. Dispensada em 2015 de uma pousada que costumava hospedar profissionais de empresas ligadas à indústria petrolífera, a ex-camareira Monique Ferreira, de 27 anos, só conta com R\$ 212 mensais do Bolsa Família para alimentar dois filhos.

— Se eu não pedir na rua, passamos fome. Não tenho vergonha. Quero um emprego, mas está difícil, pedem muita qualificação — diz.

Sem dar conta de toda a demanda, a prefeitura de Rio das Ostras criou seu próprio programa de renda mínima para duas mil famílias em situação de pobreza e extrema pobreza sem acesso ao Bolsa Família.

— Nada indica que isso possa melhorar. Vemos um cenário crescente, no máximo estável — diz Alexandre Figueiredo, gestor do Bolsa Família na cidade.
(*Enviado especial)

VEÍCULO: O Globo

Data: 22/09/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Faltam dois meses

O nome do governador Wilson Witzel foi ventilado para que ele próprio faça a sustentação oral no plenário do STF, dia 20 de novembro. É quando o Supremo julgará a constitucionalidade da lei 12.734/ 2012, a tal que prevê que os royalties do petróleo dos estados produtores (Rio, SP e Espírito Santo) sejam repartidos com outros entes da federação.

MME / ASCOM .